

ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS DO LARGO DA SÉ (LISBOA)

LÍDIA FERNANDES Museu de Lisboa-Teatro Romano, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património-UC, lidiafernandes@egeac.pt

RESUMO A intervenção arqueológica realizada em 1994 no Largo da Sé, em Lisboa, por ocasião da construção de uns sanitários públicos no local, logrou a descoberta de estruturas arqueológicas enquadráveis entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII. A salvaguarda arqueológica pelo registo, tão normalizado que está, não esgota a exploração de novas e distintas soluções mesmo em casos onde, teoricamente, não seria expectável uma distinta abordagem. A investigação histórica realizada posteriormente permitiu descortinar um contexto funcional particularmente interessante para as estruturas arqueológicas detectadas no Largo da Sé. Uma recolha documental e uma interpretação fundamentada dos achados, especialmente no que respeita à arqueologia da arquitectura, permitiram a descoberta de uma parcela da história da cidade.

Alcançar o quotidiano, perceber as funções e a organização interna dos espaços ou as particularidades construtivas de uma edificação, são dados que poucas vezes se obtêm. Se, a par destas informações, for possível a atribuição de um nome ao dono daquela habitação ou de um topónimo ao empedrado de uma rua que se deduz para lá de uma soleira, podemos concluir que, afortunadamente, o presente não colidiu com o passado. Por fim, a possibilidade de fruição pública destas estruturas arqueológicas finaliza este périplo que começou, em 1994, por uma intervenção arqueológica de salvaguarda, realizada em conjunto entre a Câmara Municipal de Lisboa e o IPPAR. A manutenção dos achados, a sua musealização e a nova funcionalidade do espaço comprova as possibilidades de diálogo entre o passado e o presente.

PALAVRAS CHAVE Reconstrução, urbanismo, engenharia romana, terramoto

ABSTRACT In 1994 the construction of public bathrooms in Largo da Sé (Lisbon) led to an archaeological survey that enabled the detection of archaeological structures from the 17th and first half of the 18th centuries. Assuring the archaeological preservation by the registration, although common, does not run out the creation of new and innovative solutions, even in cases where theoretically it would not be expected a different kind of approach. Later historical investigations had light on to a particularly interesting functional context for those archaeological structures found in Largo da Sé. Documental research and a careful interpretation of the findings, especially concerning the archaeology of architecture, allowed the discovery of part of the city's history.

Reaching daily life, understanding the function and organization of spaces or its construction specificities is something very hardly achieved. If, at the same time, we are able to establish the name of that house's owner or even the top of the street outside a threshold, then it means the present did not collide with the past. At last, the possibility of showing the search archaeological structures to the public concludes this adventure that started in 1994 with an archaeological intervention by the Câmara Municipal de Lisboa and the IPPAR. The protection, musealization and the new function of the space attest the dialog possibilities between the present and the past.

KEYWORDS Reconstruction, urbanism, Roman engineer, earthquake

INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação que temos vindo a realizar sobre o teatro romano de Lisboa, cotejando dados arqueológicos e documentais, tem-se debruçado sobre a área envolvente do monumento. As vertentes desta investigação pautaram-se essencialmente pela contextualização arquitectónica do monumento romano, tentando perceber de que forma o mesmo se implantou na actual colina do castelo mas, de igual modo, de que forma esta enorme edificação se articulou com o espaço urbanístico envolvente.

Naturalmente que as construções de cronologia romana são as que se deparam de maior importância na compreensão do contexto de edificação do teatro. No entanto, mercê dos inúmeros vestígios detectados ao

longo das campanhas arqueológicas e com a descoberta de estruturas de distintas épocas, aquele objectivo inicial alargou o seu âmbito e progressivamente, procurámos compreender, na sua totalidade, a evolução diacrónica desta zona da cidade antiga, quer pré-existente à edificação do teatro romano quer a ocorrida depois do seu desaparecimento.

Esta análise tem possibilitado, por exemplo, uma maior e melhor compreensão das soluções arquitectónicas e urbanísticas adoptadas com a reconstrução pombalina, que hoje ainda se mantêm e que, em alguns casos, são claramente perceptíveis no edificado. Com este intuito, alargámos a área geográfica da nossa análise à zona sul da Sé de Lisboa pelo facto de aí ter sido realizada uma intervenção arqueológica em 1994. Estreitando o diálogo entre fontes documentais e tes-

temunhos arqueológicos apresentam-se algumas propostas de reconstituição, urbanística e funcional, dos vestígios então colocados a descoberto, ainda que, parcialmente, os mesmos já tenham sido apresentados anteriormente (Fernandes *et al.*, 2014; Fernandes, 2015). O presente trabalho destina-se, não a uma descrição circunstanciada dos resultados da intervenção arqueológica, mas à interpretação e contextualização dos achados, aliando dados arqueológicos, documentais e cartográficos.

Este trabalho apenas pode ser feito pela estreita colaboração com colegas do Museu de Lisboa, Carlos Loureiro, maquetista e Rita Fragoso de Almeida, historiadora, demonstrando que somente uma investigação pluridisciplinar pode trazer avanços sobre o conhecimento do passado.

1. ENQUADRAMENTO FÍSICO DO SÍTIO INTERVENCIONADO

Em 1993/1994, visando a salvaguarda preventiva devido ao início de trabalhos de alteração do subsolo no largo sobranceiro à Sé (actual Largo Actor Taborda), realizou-se a intervenção arqueológica por uma equipa conjunta do então Instituto Português do Património Arquitectónico (I.P.P.A.R.) e de um técnico do então Museu da Cidade¹. Esta obra, da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, pretendia a criação de sanitários

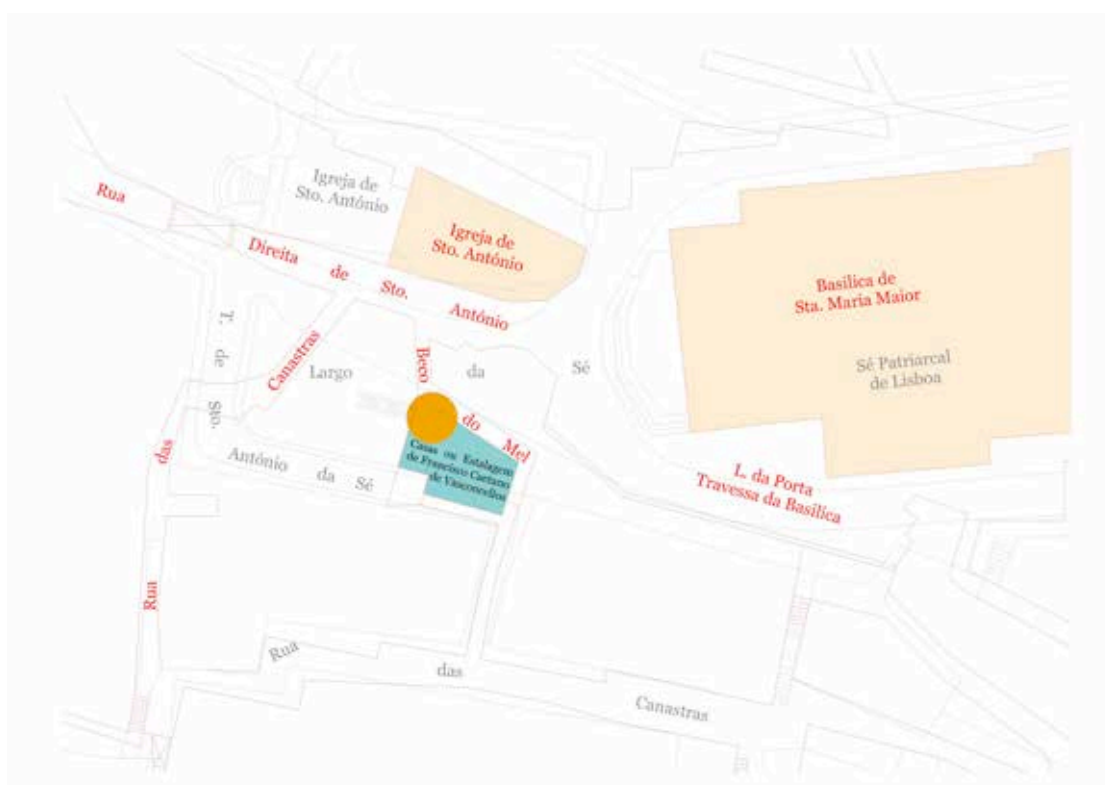
públicos que dessem resposta às inúmeras solicitações que se faziam sentir, especialmente por parte dos turistas que visitavam a Sé e a Igreja de Santo António. Deste modo, a edilidade resolveu implantar este equipamento num local próximo a estes dois monumentos perante a impossibilidade de o mesmo ser construído no interior de qualquer um deles.

O local em questão (figura 1) situa-se num largo delimitado a sul por um enorme muro, coroado por um alto gradeamento que estabelece a separação com a actual Travessa de Santo António da Sé. Trata-se de um desnível topográfico muito acentuado e que define dois planos distintos nesta zona da cidade. Com efeito, num espaço relativamente pequeno, observa-se um patamar fronteiro à Sé, composto pelo largo do mesmo nome – delimitado a norte pela Rua de Santo António da Sé e que, na sua continuação para nascente, vai progressivamente subindo a colina – e, a sul, a Travessa de Santo António da Sé a qual desce repentinamente, estabelecendo a ligação com a Rua das CWWWanastras, já próximo da zona ribeirinha.

Estes dois planos apresentam uma diferença topográfica de quase 7 m (figura 2)². Sabemos que naquela última artéria, a Rua das Canastras, se registou o aparecimento de vários vestígios de época romana. Vieira da Silva regista o aparecimento do que poderá ser entendido como um cais, detectado em 1922 (Silva, 1939, p. 119), bem como uma inscrição dedicada aos Deuses Manes e um capitel

1. Antiga Divisão de Museus e Palácios da C.M.L. Pela primeira instituição participaram, num primeiro momento, os técnicos Ana Vale, Armando Sabrosa e José Luís Monteiro, sendo o coordenador da equipa Clementino Amaro. Num segundo momento a equipa restringiu-se a Ana Vale. Por parte da C.M.L. participou a signatária.

2. Concretamente 6,72 m, sendo as cotas de 21,48 m e 14,76 m, respectivamente no Largo da Sé (junto à entrada dos sanitários públicos) e na Travessa de Santo António da Sé, sensivelmente no mesmo alinhamento. Se passarmos para a Rua das Canastras esta diferença topográfica será substancialmente maior.



1. Localização do sítio arqueológico.



2. Perspectiva, de nascente para poente, da Travessa de Stº António da Sé e, do lado direito da imagem, o grande paredão que permite a acentuada diferença de cotas entre o largo, situado a norte e esta artéria, a sul. © Fotografia Lídia Fernandes

coríntio. Em local próximo, concretamente na Rua dos Bacalhoeiros (n.º 88-94) deu-se o achado de um outro capitel, desta vez enquadrável na ordem jónica (Silva, 1939, p. 118-119; Fernandes, 1997, peça n.º 53; Fernandes, 1998, p. 229-233). Da Rua da Padaria provêm dois outros capitéis da segunda centúria, de belíssima qualidade, encontrados na década de 1960 durante trabalhos de remodelação de um dos edifícios daquela artéria (Fernandes, 2002, p. 237-256). Também na Rua dos Bacalhoeiros, tornejando para a Rua da Padaria, foi identificada em 2006 uma fábrica de transformação de pescado (Fernandes *et al.*, 2011) a qual, em conjunto com o núcleo de cetárias reconhecido desde a década de 1980 na Casa dos Bicos (Amaro, 1982), constituem os achados romanos implantados mais a sul e que nos permitem delimitar a zona ribeirinha deste local em época romana. A referência a estes achados romanos depara-se relevante na medida em que nos permite tirar ilações das cotas a que se encontrava o paleosolo em épocas mais antigas. Neste sentido, não será despidendo referir o achado de estruturas romanas no Largo de Santo António, em intervenção arqueológica ocorrida pouco depois da que agora nos debruçamos (Vale e Fernandes, 1994, p. 109) e que revelou, a uma profundidade muito reduzida e em local muito próximo, estruturas de cronologia romana, situadas a poente e ligeiramente a norte. Teremos oportunidade de voltar a este tema no final do presente trabalho.

2. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LARGO DA SÉ: OS VESTÍGIOS ARQUITECTÓNICOS

Dos trabalhos então realizados, ressaltou, desde o início da intervenção, a cerca de 1,50 m de profundidade, o aparecimento de uma estrutura de orientação sudeste/noroeste correspondente a uma parede de alvenaria que conservava ainda, na sua face sul, parte do reboco branco original o que indicava, naturalmente, que o interior do edifício se situava na parte sul (figura 3).

Esta estrutura, como depois se comprovou, corresponde à fachada de uma habitação seiscentista, construída possivelmente nos inícios do XVII, tal como todo o conjunto do edificado então reconhecido.

Nesta fachada abria-se uma porta de dois batentes³, rematada por ombreiras e lintel superior. As ombreiras encontravam-se inferiormente ornamentadas, no intradorso, com um losango em relevo enquadrado por uma cartela⁴. A soleira conservava as concavidades de entrega do ferrolho e dos encaixes laterais das originais portas de madeira.

O intradorso da porta é acentuadamente largo e, no lado interno, observa-se um lintel formado por tijolos colocados a cutelo – o qual ficaria escondido sob o reboco e estuque de revestimento – onde descarregavam as forças superiores da parede⁵.

3. Com uma largura total de 1,40 m e uma altura de 2,22 m. A soleira de porta tem uma largura de 0,40 m.

4. Estas duas pedras têm uma altura de 45,5 cm e uma largura de 20 cm.

5. Este lintel, tal como o da janela, apresenta uma altura de cerca de 29 cm.



3. Pormenor da esquina interna da parede do séc. XVII/XVIII, com múltiplas camadas de cal. © Fotografia Lídia Fernandes

No lado nascente abria-se igualmente uma janela que, originalmente, terá possuído gradeamento tal como o comprovam as concavidades existentes na soleira, no lintel e nas ombreiras⁶, em pedra de lioz, que se conservavam *in situ*.

O pavimento era revestido a seixo rolado, na maior parte com pedras basálticas de médias dimensões, ainda que tenha incluído algumas pedras calcárias. Observam-se igualmente, alguns, poucos tijolos, colocados a cutilo. A particularidade desta calçada é a de possuir uma acentuada inclinação descendente de norte para sul.

De sublinhar que não foi intervencionada a área a norte da porta tendo-se tendo sido realizado um perfil no espaço abrangido pela porta, evidenciando os vários elementos arquitectónicos e entulhos aí detectados. Foi opção manter este perfil, dado não apresentar risco de queda.

A área escavada coincide com o interior de uma das divisões da habitação. Outra parede, perpendicular a esta, delimitaria a divisão no lado poente. Do lado oposto, a área intervencionada foi muito reduzida, não tendo sido possível alargar o espaço de escavação. Ainda assim, foi possível reconhecer quatro degraus que subiam para um patamar, situado a nascente, coincidente com a janela acima mencionada (figura 4). Somente pela reconstituição tridimensional foi possível perceber a razão de a janela se encontrar a um nível distinto. O facto de a artéria que acompanharia a fachada ser descendente de poente para nascente, faria com que a janela fosse aberta a um nível exageradamente

baixo, facto obviado pela criação de um patamar sobrelevado na parte interna da divisão (figura 5).

Igualmente pela reconstituição foi possível concluir que a parede poente não corresponderá ao final da propriedade mas antes a uma separação interior. O facto de ter ficado registado no reboco da parede poente os negativos de uma escada de madeira, entretanto desaparecida (sendo que esse negativo não se regista a um nível inferior do primeiro piso) leva a considerar que esta escada daria acesso a uma divisão que se desenvolveria para poente e localizada a um nível intermédio uma vez que, se assim não fosse, coincidiria com a porta de entrada que se localiza, contígua, no lado poente.

A conservação, na parte superior da parede, originalmente pintada a branco, das concavidades para os barroteiros que suportavam o sobrado informam quanto à volumetria do edifício (figura 6).

6. Esta janela tem uma largura de 0,80 m e uma altura de 1,32 m. Originalmente teria quatro barras verticais.



4. Perspectiva de poente para nascente dos degraus do interior da habitação. © Fotografia José Avelar



5. Reconstituição do antigo Beco do Mel, visualizando-se a grande inclinação da rua e a fachada exterior da habitação. © Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro



6. Reconstituição do interior da habitação do séc. XVII/XVIII com a organização interna do espaço: escada para um piso intermédio e degraus no lado oposto da entrada, pavimento e caibros para o piso superior sobrado. © Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro

Sublinha-se o reconhecimento de uma técnica construtiva que é o emprego de traves de madeira longitudinais colocadas ao longo das paredes, criando estruturas mais leves. Com o terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu, estas traves de madeira ficaram carbonizadas, criando ocos que correspondem ao negativo da madeira desaparecida (figura 7). O mesmo fenómeno foi verificado na intervenção do n.º 3A da Rua de S. Mamede, no Museu de Lisboa – Teatro Romano (Fernandes, 2006, p. 181-204; Fernandes, 2015) e em edifícios de época moderna encontrados no decurso da escavação da Travessa das Pedras Negras, onde se localizam as Termas dos Cássios.

2. A INVESTIGAÇÃO DOCUMENTAL

O trabalho de levantamento bibliográfico e arquivístico que temos vindo a realizar tem-se mostrado particularmente relevante e elucidativo na área envolvente do teatro romano, tendo sido a confrontação com o “*Tombo da Cidade de Lisboa em 1755*” que mais informações forneceu sobre o urbanismo mas também sobre os antigos proprietários e função dos vários edifícios. Deste modo, aplicámos a mesma metodologia de trabalho à área em análise. A sudoeste do edifício da Sé Catedral, o denso casario comprimia-se entre duas vias paralelas entre si. A norte, era limitado pela Rua Direita de Santo António e, a sul, pela Rua do Almargem. A ligação entre estas duas artérias estabelecia-se tanto pela Rua das Canastras como pelo Beco do Mello.

7. Cópia que se encontra no Museu de Lisboa com o título: “Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma cópia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894”. A partir de agora esta obra será referida como Tombo de 1755.



7. Pormenor da parte superior da parede, com o negativo de uma trave de madeira, entretanto já desaparecida, colocada no interior da estrutura. © Fotografia Lídia Fernandes

Estas duas vias, sensivelmente paralelas entre si, partiam da Rua do Almargem em direcção a norte definindo-se em traçado mais ou menos paralelo mas convergente na parte final (figura 8). Referido no *Tombo de 1755...* como “Beco do Mello”, este tinha um comprimento total de 282 palmos e $\frac{1}{2}$ (c. 63,57 m) e uma largura entre os 7 e os 14 palmos (c. 1,58 m e 3,15 m)⁸. No seu lado esquerdo, rasgava-se o “Beco sem saída”, com acesso a um pátio comum a diversas propriedades. É precisamente a partir deste beco, mas com frente para o “Beco do Mello” e desenvolvendo-se para norte, que se situava a propriedade denominada no “*Tombo da Cidade de Lisboa em 1755*” como “Casas ou Estalagem de Francisco Caetano de Vasconcelos” (Bairro do Limoeiro – fl. 97v) e que corresponderá à habitação seiscentista que agora analisamos (figura 9).

8. Medidas aferidas tomando por referência que a 1 palmo corresponde 0,225 m.



8. Planta da localização da Basílica de Santa Maria Maior e área envolvente, assim como das casas a ela pertencentes, anterior ao terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina. © Desenho em Sketchup, autoria de Carlos Loureiro

Esta mesma construção era limitada a sudoeste pelo pátio existente no final do “Beco sem Sahida” já referido, aferindo-se assim da possibilidade de dois acessos ao seu interior: um pelo “Beco do Mello” – correspondendo à fachada principal, onde se abrem a porta e a janela encontradas na intervenção arqueológica – e outro pelo “Beco sem Sahida”.

Apenas em 1938 vemos mencionada, na obra de Vieira da Silva, a designação de “Beco do Mel”⁹, a qual, pensamos, corresponderá a uma deturpação do antigo topónimo que, de “Beco do Mello” – derivando decerto do nome de algum antigo proprietário que em tempos idos habitara esta artéria – passou, progressivamente, a ser designado por “Beco do Mel”.

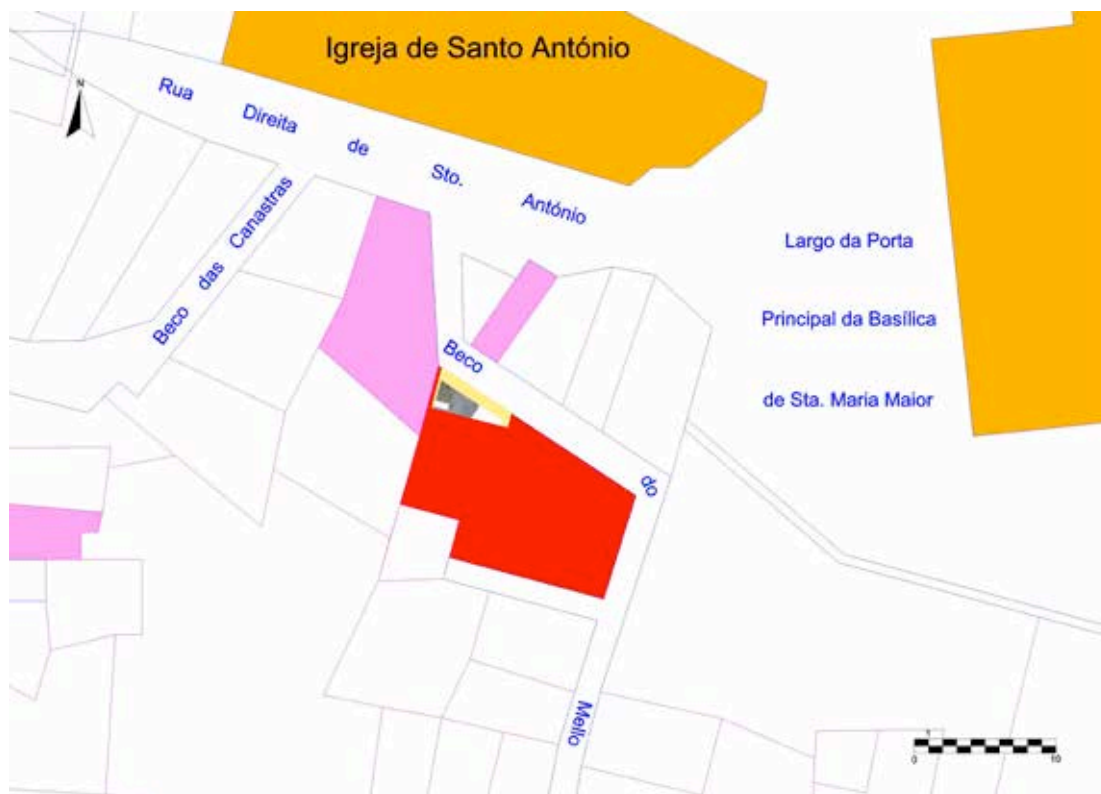
3 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas estruturas permitem vislumbrar como seriam, nos séculos XVI/XVII, as tradicionais casas da cidade de Lisboa: casas sobradadas de dois ou três pisos, com janelas inferiores ostentando gradeamentos, pavimentos térreos em seixo rolado, pés direitos altos e escadas de madeira que uniriam pisos intermédios que procuravam rentabilizar o espaço interno. A reconstituição tridimensional que apresentamos permite ter uma ideia mais esclarecedora de como esta habitação seria.

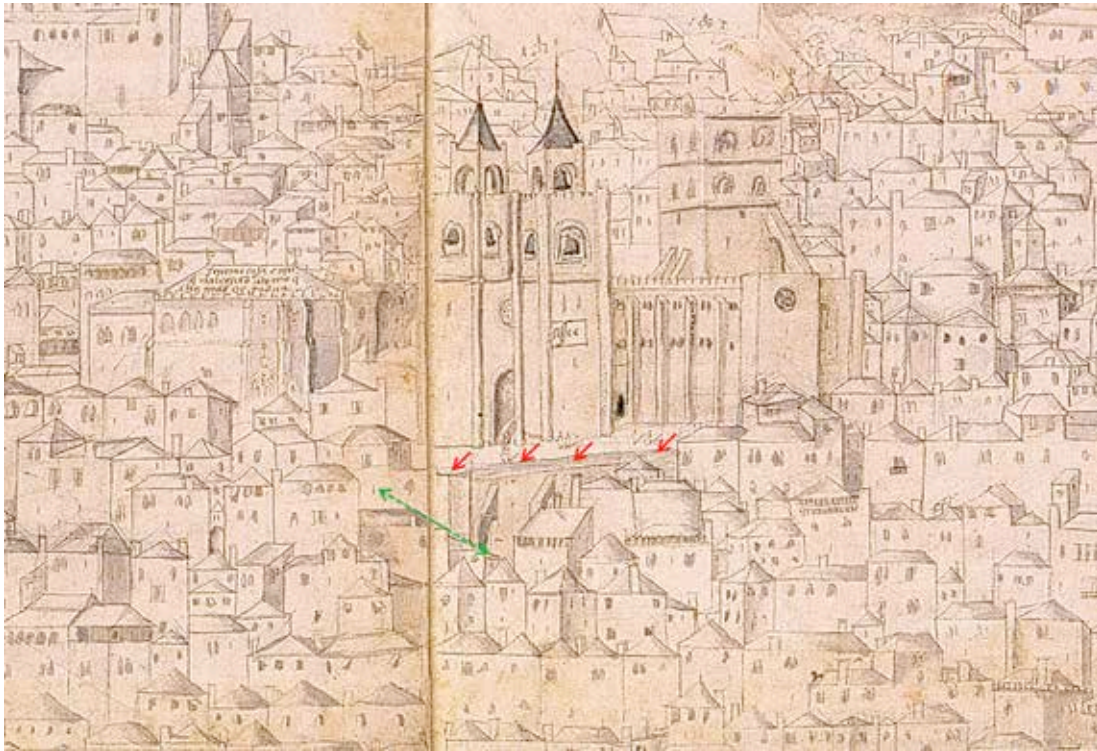
9. “Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa que compreende a parte abrangida pela Cerca Moura” (Silva, 1939, Planta III).

Interessa igualmente analisar a questão das alterações topográficas desta zona cidadina. Muito alteradas pela reconstrução pombalina consequente ao terramoto de 1755, as cotas de utilização até àquele cataclismo seriam substancialmente distintas das que hoje conhecemos. A acentuada inclinação que o pavimento interno desta casa denuncia ilustra, precisamente, a existência de um desnível entre o actual Largo da Sé e a Travessa de Santo António da Sé, ainda que, provavelmente, não fosse tão acentuado quanto o actual.

O nível a que a soleira de porta se encontra e o entulhamento que observamos na porta seiscentista aponta, precisamente, para uma alteração profunda das cotas de utilização. Este desnível seria bastante antigo, tal como é documentado pela célebre vista de Leyde, da primeira metade do século XVI, onde é possível descortinar, defronte da Sé e no seu lado sul, um potente muro de contenção com vários contrafortes (figura 10). Este facto é igualmente sublinhado pela iconografia da Sé que ostenta, para aquela época um “plateau” fronteiro à fachada principal com uma larga escadaria a qual, aliás, se manteria por muito tempo. O desenho de George Bráunio, de 1598, por exemplo, oferece a imagem de uma plataforma rodeada por tal escadaria posicionada na fachada principal da Sé e em todo o corpo lateral sul. Ao invés, não foi representado qualquer muro de suporte, ainda que o facto de ter sido assinalada a escadaria lateral, em todo o seu comprimento, possa corresponder a uma assimilação de uma qualquer estrutura de contenção.



9. Planta da localização do antigo “Beco do Mello” e área envolvente, anterior ao terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina. Encontra-se sinalizado o local da intervenção arqueológica. © Desenho em Sketchup, autoria de Carlos Loureiro



10. Pormenor da Panorâmica de Lisboa, de autor anónimo, existente na Biblioteca da Universidade de Leyde da 1.ª metade do séc. XVI. As setas indicam o muro de contenção que referimos.

A ocupação romana da cidade de Lisboa, sabemo-lo desde há algum tempo, foi determinante para a fisionomia da cidade. Tem-se vindo a constatar a existência de terraplanagens e aterramentos para a implementação de um modelo urbano mais adequado aos ideais romanos. A edificação de grandes edifícios, comuns a quaisquer cidades, levou à criação de terraplanagens que criassem patamares, susceptíveis de serem aproveitados para a edificação. Estes, suscitados pela topografia acidentada, levaram ao aparecimento de curiosas soluções de engenharia e à criação de ambiciosos projectos de arquitectura, como é o caso paradigmático do teatro romano.

Estas marcas deixadas na topografia foram tão profundas que alguns destes projectos de engenharia romana conformaram algumas das opções, arquitectónicas e urbanísticas, posteriormente adoptadas. O local de construção e a disposição do conjunto catedralício, que se veio a implementar a sul do teatro, é uma prova evidente desse condicionalismo, tendo-se adaptado ao espaço disponível. (Fernandes *et al.*, 2014). Assim, alargando a sua área para nascente e para sul, este conjunto aproveitou a área possível, sendo que a arqueologia também aqui demonstrou a realização, indispensável, de um aterro para o suporte do claustro, o que obrigou à destruição de algumas edificações de época islâmica (Gaspar e Amaro, 1997).

A orientação nascente/poente do edifício religioso e a disposição da fachada norte, coincidindo com o terraplano de época romana criado então para a consolidação da encosta, respeita o traçado de um *decumanus*, possivelmente coincidente com o traçado da actual Rua Augusto Rosa (Fernandes *et al.*, 2012).

O que parece ficar comprovado pela intervenção arqueológica realizada no Largo da Sé, é que esta fractura topográfica – hoje materializada pela Travessa de Santo António da Sé – já existia em época anterior ao terramoto, ainda que as ruas que venciam tal desnível fossem muito mais íngremes e, inclusivamente, o próprio pavimento interno das habitações tenderia a adaptar-se, literalmente, a tal diferença de cotas, como o confirma a inclinação do pavimento em seixo rolado da casa do Beco do Mel. Dada a ocupação romana que temos no largo fronteiro de Santo António, é natural que esta grande plataforma onde mais tarde veio a ser edificada a Sé, corresponda, por sua vez, a um anterior terraço criado em época romana. Não será despiçando supor que o grande muro de suporte que se observa na vista de Leyde tenha, na sua origem, um muro de contenção romano à semelhança do que sabemos ter sido erigido na zona sul do teatro (Fernandes, 2013).

A Reconstrução Pombalina instaurou uma nova roupagem arquitectónica e uma reorganização das métricas construtivas e realinhamento de fachadas, mas não poderia alterar o que a consolidação urbanística realizada ao longo de séculos havia conseguido, num zona de grande desníveis topográficos já humanizados, reordenados e “domesticados” em época romana.

Se estas alterações introduzidas em época romana são identificáveis na parte antiga da cidade, que não sofreu um ímpeto reconstutivo tão fracturante quanto na zona inferior da mesma, elas também permaneceram, como que fossilizadas, na Baixa Pombalina, como é evidenciado pela reutilização do criptopórtico da Rua da Prata como alicerce dos novos edifícios, ou ainda pela fisionomia da actual Praça do Rossio que segue a implantação do antigo circo romano.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, C. (1982) – Casa dos Bicos: notícia histórico-arqueológica. *Arqueologia*, n.º 6, p. 96-111.
- BARBOSA, L. (1863) – *Archivo Pittoresco*. Vol. VI. Lisboa: Ed. Typographia de Castro Irmão.
- BRITO, G. de (1935) – *Ruas de Lisboa – Notas para a história das vias públicas lisboenses*. Vol. 1. Lisboa: Sá da Costa.
- CASTILHO, J. de (1937) – *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*. Vols. VI e IX. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma cópia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894*, Museu de Lisboa (Texto Policopiado, Cota: MC/LIS/842).
- FERNANDES, L. (1998) – Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, IV.ª série, vol. 16, p. 221-284.
- FERNANDES, L. (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES, L. (2002) – Sobre dois capitéis de Lisboa. *Conimbriga*, XLI, p. 237-256.
- FERNANDES, L. (2006) – O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001. In MÁRQUEZ, C; VENTURA, A., coords., *III Jornadas Cordobesas de Arqueología Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia*. Córdoba, p. 181-204.
- FERNANDES, L. (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica, *Revista Al-Madan*, II.ª série, n.º 15, p. 27-39.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A.; FILIPE, V.; CALADO, M. (2011) – A transformação de produtos piscícolas durante a época romana em *Olisipo*. O núcleo da Rua dos Bacalhoiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 14, p. 239-261.
- FERNANDES, L; ALMEIDA, R. (2012) – Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J., coords., *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol. 1. Lisboa: CHAM, p. 111-122 (ArqueoArte, 1).
- FERNANDES, L.; ALMEIDA, R.; LOUREIRO, C. (2014) – Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pom-balina. *Revista de História de Arte*, n.º 11, p. 19-33.
- FERNANDES, L.; SEPÚLVEDA, E.; ANTUNES, M. (2012) – Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de *Olisipo*. *Revista Al-Madan*, IIª série, n.º 17, p. 44-55.
- FERNANDES, P. (2006) – O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições? *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, p. 18-69.
- FERNANDES, L. (2013) – Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., coords., *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 765-773.
- FERNANDES, L. (2015) – Habitar em Lisboa nos séculos XV e XVI: modos de vida e de construir. O exemplo dos vestígios habitacionais na área de intervenção arqueológica do teatro romano. In TEIXEIRA, A.; VILLADA, F.; SILVA, R., coords., *Catálogo da Exposição Lisboa 1415 Ceuta. História de Duas Cidades*. Ceuta, Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa, p. 54-56.
- GASPAR, A.; AMARO, C. (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. *La Céramique Médiévale en Méditerranée. Actes du IV Congrès de l’AIECM2*. Aix-en-Provence: Narrations Ed., p. 337-339.
- MACEDO, L. (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales*. Desenho aquarelado. Museu da Cidade. 1850. N.º Inv.: MC.DES.1084.
- SILVA, A. (1939) – *A Cerca Moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- VALE, A.; FERNANDES, L. (1994) – Intervenção Arqueológica no Largo de St.º António da Sé. *Revista Al-Madan*, II.ª série, n.º 3, p. 109.